

Déficit das estatais atinge recorde de R\$ 7,4 bilhões no ano até setembro, mostra BC

Ministério atribui parte expressiva do resultado negativo das empresas federais a investimentos; dívida bruta recua 0,2 ponto, para 78,3% do PIB

Nathalia Garcia

BRASÍLIA No acumulado do ano até setembro, as empresas estatais registraram um déficit primário recorde de R\$ 7,4 bilhões, segundo dados do Banco Central divulgados nesta segunda-feira (11). Esse foi o pior resultado para o período desde o início da série histórica da autoridade monetária, em 2002.

A estatística considera as contas de estatais federais, estaduais e municipais, exceto dos grupos Petrobras e Eletrobras. Os bancos públicos, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, também não entram no cálculo.

No mesmo intervalo, as empresas controladas por estados tiveram um resultado deficitário de R\$ 3,26 bilhões, e o das estatais federais foi de R\$ 4,18 bilhões.

"Um déficit indica que houve uma redução no balanço das estatais. Por exemplo, se as estatais têm mais ativos que passivos, esses ativos foram reduzidos. Eventualmente, uma forma de redução desses ativos é a realização de investimentos ou gastos", disse o chefe do departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha.

Ele exemplificou de forma hipotética o caso de uma empresa de saneamento que faz algum investimento para ampliar a área de cobertura do fornecimento do seu serviço e que, no futuro, isso se reverte no aumento de receitas pelo pagamento da conta de água.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviço Público disse em nota que parte expressiva do déficit das estatais federais corresponde a investimentos.

A pasta destacou que o resultado primário leva em consideração apenas receita e despesa primária do mesmo ano corrente e não contabiliza os recursos em caixa das companhias, disponíveis de anos anteriores, nem eventuais receitas de financiamentos.

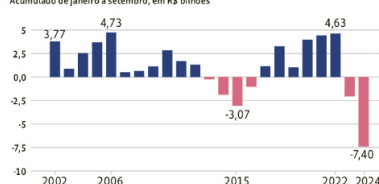
"O resultado primário, nesse sentido, não é uma medida adequada de saúde financeira da companhia. É comum empresas registrarem déficit primário mesmo com aumento do lucro se estiverem acelerando seus investimentos, na expansão/modernização dos negócios", afirmou.

A União controla diretamente 44 estatais federais e, de forma indireta, outras 79 empresas que são subsidiárias das empresas de controle direto.

O BC também mostrou que a dívida bruta do Brasil ficou em 78,3% do PIB (Produto Interno Bruto) em setembro, redução de 0,2 ponto percentual ante o

Resultado das empresas estatais*

Acumulado de janeiro a setembro, em R\$ bilhões



*Federais, estaduais e municipais, exceto grupos Petrobras e Eletrobras e bancos públicos
Fonte: Banco Central

mês anterior. Esse resultado interrompeu uma trajetória de alta iniciada em junho de 2023.

A dívida bruta — que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais — é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas. A comparação é feita em relação ao PIB para mostrar se a dívida do governo é sustentável.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, atingiu 62,4% do PIB em setembro (saldo de R\$ 7,1 trilhões), aumento de 0,4 ponto percentual em relação a agosto, refletindo os im-

pactos significativos da valorização cambial. Esse é o maior resultado da série histórica desde setembro de 2002.

Ainda de acordo com os dados do BC, divulgados com atraso devido à mobilização dos servidores do Tesouro, o setor público consolidado do Brasil registrou um déficit primário de R\$ 7,3 bilhões em setembro. O desempenho é melhor do que o verificado no mesmo mês de 2023, quando houve déficit de R\$ 18,1 bilhões.

O montante engloba os resultados de governo central — governo federal, BC e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) —, governos estaduais e municipais e empresas estatais.

De acordo com cálculos do BC, na comparação interanual, as receitas cresceram 8% em termos reais, enquanto as despesas avançaram 1,4%, já descontada a inflação. "A gente tem um crescimento de receitas mais significativo do que o crescimento da despesa, embora ambas tenham crescido em termos reais, possibilitando a redução do déficit primário", afirmou Rocha.

O resultado de setembro refletiu o déficit de R\$ 4 bilhões do governo central, mesmo com a expansão das receitas federais. Já os governos regionais e as empresas estatais tiveram resultado deficitário de R\$ 3,2 bilhões e R\$ 192 milhões, respectivamente. O técnico do BC chamou a atenção para a piora do desempenho dos governos estaduais e municipais no último ano.

No ano até setembro, o setor público consolidado acumulou déficit primário de R\$ 93,6 bilhões, equivalente a 1,09% do PIB. No mesmo período de 2023, o resultado negativo tinha sido de R\$ 97 bilhões (1,21% do PIB).

Para 2024, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mira um déficit de R\$ 28,8 bilhões. Esse é o limite máximo permitido pela margem de tolerância da meta fiscal, cujo alvo central é zero.

Dívida com precatórios vai a R\$ 266 bi, e municípios tentam adiar pagamento

Estados, municípios e a União devem pagar R\$ 265,6 bilhões em precatórios até 2029, segundo dados do CNI (Conselho Nacional de Justiça). Os números têm como referência dezembro de 2023 e devem ser atualizados.

Os municípios, porém, se mobilizam em favor da PEC (proposta de emenda à Constituição) 66, de 2023, que pode adiar mais uma vez o pagamento dessas dívidas.

Precatórios são ações judiciais nas quais o governo é o credor. Para serem pagos, a ação precisa chegar ao final, sem a possibilidade de recurso. O limite de pagamento que faz um processo virar precatório varia conforme o ente público. No caso da União, precatórios são dívidas acima de 60 salários mínimos, o que dá atualmente R\$ 84,720.

O maior valor por ente federativo é da União, que somava R\$ 57,6 bilhões em dezembro de 2023, mas cuja fila de pagamentos está em dia, após liberação de valores atrasados de 2022, 2023 e 2024, que não foram quitados após a aprovação das emendas constitucionais 113 e 114 no governo Bolsonaro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Página: 17